

Câmara Superior do Carf autoriza uso de ágio

Por Bárbara Pombo e Thiago Resende, De Brasília — Valor

22/05/2013 00h00 · Atualizado há 6 anos

Os contribuintes venceram o primeiro julgamento feito pela Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre uso de ágio para abatimento de tributos. Por maioria de votos (sete a três), a 1ª Turma anulou uma autuação de cerca de R\$ 5 milhões contra a Casa do Pão de Queijo. Entre pedidos de vista e adiamentos, o julgamento durou nove meses. Não cabe mais recurso no Carf - última instância administrativa.

Nas operações com ágio, uma empresa adquire outra por um preço maior do que o de mercado, contando com um lucro futuro. Há também casos que envolvem reestruturações entre companhias de um mesmo grupo. Apesar de a Lei nº 9.532, de 1997, permitir o procedimento, que resultará em um recolhimento menor de impostos, a Receita Federal tem considerado ilegal parte desses negócios.

No julgamento realizado na quarta-feira passada, os conselheiros da Câmara Superior consideraram legal uma operação realizada em 2001 pela Casa do Pão de Queijo e o fundo de investimento Futura. O valor original da autuação era de cerca de R\$ 11 milhões. O montante, porém, foi reduzido após decisões em instâncias administrativas inferiores. Agora, a parcela de R\$ 5 milhões também foi cancelada.

O fundo adquiriu participação na empresa de alimentos em duas etapas: por meio de compra de ações e por subscrição. Após a primeira fase, a Futura ficou com 55,8% de participação na CMN (holding da Casa do Pão de Queijo). Ao fim das duas etapas, esse percentual subiu para 70%. A Casa do Pão de Queijo, posteriormente, incorporou a Futura. O ágio total gerado no negócio, segundo o processo, foi de R\$ 18,9 milhões. Na primeira parte do negócio, o ágio contabilizado foi de R\$ 11,3 milhões. Na segunda etapa, de R\$ 7,6 milhões.

A Câmara Superior analisou a segunda parte do negócio. Para a maioria dos conselheiros, a subscrição de ações é legal por ser equiparada a uma aquisição normal de ações e participação societária. "A legislação que autoriza a amortização não distingue o tratamento a ser dado a uma ou outra situação", afirmou na decisão o redator do acórdão na 5ª Câmara do antigo Conselho de Contribuintes, Roberto Bekierman. Apesar do recurso da Fazenda Nacional, o acórdão foi mantido pelos conselheiros.

Segundo advogados, o precedente poderá ser usado por centenas de empresas com casos semelhantes. "A decisão sedimenta o entendimento dos contribuintes", diz Paulo Sigaud, do Mattos Muriel Kestener Advogados.

Para o advogado Giancarlo Mattarazzo, do Pinheiro Neto Advogados, que representa a Casa do Pão de Queijo, a decisão é importante pela interpretação ampla que dá ao termo "aquisição" previsto na legislação. "É leading case para muitas empresas que realizam operações com ágio gerado em subscrição de ações", diz.

Apesar de apontá-la como bom precedente, o tributarista Flávio Carvalho, do Souza, Schneider, Pugliese e Sztokfisz Advogados, afirma que a decisão não resolve todas as disputas travadas na esfera administrativa. "A grande polêmica é sobre o ágio gerado dentro do mesmo grupo econômico, o ágio interno", diz.

O chefe da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Paulo Riscado, concorda. "A questão julgada é interessante, mas específica. Não tem a ver com os problemas gerados pelo ágio interno", afirma Riscado, acrescentando que o tema deve ser analisado ainda este ano pela Câmara Superior.

Entre os casos mais adiantados, segundo ele, está o processo da Gerdau. No processo, a companhia conseguiu no Carf cancelar uma cobrança de aproximadamente R\$ 700 milhões por suposto ágio irregular registrado a partir de aumento de capital, incorporação e cisão, realizados em 2004.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Voos baratos de São Paulo a partir de R\$ 167
WWW.JETCOST.COM.BR

LINK PATROCINADO

Aprenda agora como gerenciar sua empresa on-line
INTUIT

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Taboão Da Serra são mais baratas do que nunca
CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

50 carros que durarão mais de 400.000 km, estás na lista?
SOOLIDE

Mais do Valor Econômico

Alagoas deve enviar projeto próprio de Previdência, diz Renan Filho

Governador espera aprovação da reforma do governo federal para enviar sua proposta, sem aguardar tramitação da PEC paralela que visa incluir Estados e municípios

18/10/2019 14:38 — Em Política



Joice chama Eduardo de "menino" e diz que entorno de Bolsonaro só "diz amém"

Joice Hasselmann (PSL-SP), destituída da liderança do governo no Congresso, diz que foi trocada por aliado de Renan Calheiros (MDB)

18/10/2019 14:33 — Em Política

Campos Neto: Projeto sobre independência do BC deve entrar na pauta em breve

Segundo ele, houve um problema de agenda por haver outros projetos importantes, com restrições de prazo, que foram colocados à frente

18/10/2019 14:26 — Em Finanças

Governador de PE responde Bolsonaro: "Seria mais útil falar da crise ambiental"

18/10/2019 14:16 — Em Política



Ibovespa cede com exterior e cena política; dólar está abaixo de R\$ 4,13

Investidores acompanham crise dentro do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro

18/10/2019 14:05 — Em Finanças



MEC vai liberar 100% do orçamento bloqueado de universidades

Em abril, o MEC anunciou o contingenciamento de 30% das despesas discricionárias das universidades e institutos federais, o que representava R\$ 2,4 bilhões

18/10/2019 13:56 — Em Brasil

[VEJA MAIS](#)